A NOMEAÇÃO DIAGNÓSTICA DE AUTISMO E A CONSTRUÇÃO DA CRIANÇA NO IMAGINÁRIO SOCIAL: REVISÃO DE LITERATURA

Maria Eduarda Romanini Cioffi (PIBIC/CNPq/FA/UEM), Eliane Domingues (Orientadora), Letícia Vier Machado (Coorientadora), E-mail: edomingues@uem.br.

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Maringá, PR.

Área e subárea do conhecimento: Psicologia/Tratamento e Prevenção Psicológica

Palavras-chave: TEA; infância; psicanálise.

RESUMO

O diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) passou por profundas transformações desde a sua formulação inicial. A partir da concepção biomédica dominante, observa-se um aumento expressivo nos diagnósticos, especialmente entre crianças. Para além da área psiquiátrica, a circulação do autismo ganha espaço no cotidiano, influenciando a percepção social sobre os sujeitos diagnosticados e sobre a infância. A redução dos sujeitos a seus diagnósticos tem efeitos na sua constituição psíquica e nos modos de se relacionar com si mesmo e com o mundo. A pesquisa justifica-se diante do aumento dos diagnósticos de TEA e da necessidade de compreender seus efeitos na estruturação subjetiva das crianças, sob o viés teórico da psicanálise lacaniana. Por meio da revisão integrativa de literatura, visa-se a análise da abordagem do autismo nas produções científicas psicanalíticas entre 2014 e 2024. O objetivo central é compreender os efeitos do diagnóstico de autismo sobre as crianças, relacionados a aspectos históricos, conceituais e clínicos. A metodologia é qualitativa e investiga como a psicanálise responde aos desafios impostos pelas transformações no campo da saúde mental e da educação. Busca-se contribuir para debates sobre patologização da infância e os modos de subjetivação dos sujeitos frente às nomeações diagnósticas.

INTRODUÇÃO

A categoria diagnóstica do Transtorno do Espectro Autista (TEA) passou por transformações históricas, conceituais e epistemológicas. O primeiro registro do termo “autismo” remonta a um sintoma de esquizofrenia, marcado pela predominância da vida interior e pelo afastamento do sujeito em relação ao mundo externo (Machado, 2021). Portanto, inicialmente, o autismo não constituía uma categoria diagnóstica independente.

A transformação dessa concepção ocorreu na década de 1940, quando Leo Kanner utilizou o termo para descrever um quadro clínico específico. Paralelamente, Hans Asperger publicou sua tese, reconhecida posteriormente pela comunidade científica

e incorporada às classificações psiquiátricas em 1994 como “Síndrome de Asperger” (Hochmann, 2009 *apud* Machado, 2021). Na quinta edição do DSM, o autismo foi reorganizado sob a denominação Transtorno do Espectro Autista (APA, 2014).

A trajetória histórica do autismo evidencia sua modificação conforme diferentes concepções de sujeito, desenvolvimento e psicopatologia, além de mudanças que acompanham o aumento dos diagnósticos de autismo. Esse dado não pode ser interpretado isoladamente como ampliação epidemiológica, uma vez que os critérios diagnósticos, as nomenclaturas e as próprias manifestações consideradas características do autismo sofreram alterações (Machado, 2021).

Nesse cenário, o significante “autismo” ultrapassa os limites da psiquiatria e passa a circular no cotidiano, produzindo efeitos simultâneos e antagônicos. São eles: possibilidades de acesso a direitos, políticas de inclusão e serviços especializados, enquanto também produz classificações e reduções das singularidades à uma nomeação diagnóstica. O atravessamento da nomeação diagnóstica frente às primeiras impressões sobre os indivíduos, produz efeitos na produção e manutenção de estereótipos (Machado, 2021).

O objetivo desta pesquisa foi investigar como a produção científica contemporânea de orientação psicanalítica tem abordado o autismo diante das transformações supracitadas. A pesquisa apresenta-se como uma revisão integrativa de literatura, tendo como objetivos específicos compreender as modificações históricas do diagnóstico, discutir a compreensão psicanalítica lacaniana do autismo e analisar os possíveis efeitos da nomeação diagnóstica sobre o reconhecimento da criança e sobre a construção de sua imagem nos discursos sociais e científicos.

REVISÃO DE LITERATURA

Realizou-se uma revisão integrativa (Camargo Junior, *et al*, 2023) da literatura de artigos científicos, sendo todos de acesso público e gratuito. Foram utilizados descritores relacionados ao autismo, infância, psicanálise, Lacan, diagnóstico, patologização, imaginário social, sociedade e inclusão. Ao todo, foram localizados 85 artigos, dos quais 13 foram selecionados para a análise.

Todos esses se enquadram nos critérios de inclusão, quais sejam, artigos publicados no intervalo temporal de 2014 a 2024, na revista “Estilos da Clínica”, disponíveis em língua portuguesa, que abordam o autismo na infância a partir de uma perspectiva psicanalítica lacaniana. Foram excluídos textos que não correspondiam a artigos científicos e não relacionados diretamente aos objetivos da pesquisa.

De maneira complementar, foram utilizadas obras de comentadores de Lacan, produções sobre a história do autismo e as transformações nos manuais diagnósticos. Outrossim, discussões críticas sobre medicalização e patologização da vida foram acessadas, especialmente aquelas que problematizam os efeitos da redução dos sujeitos às nomeações diagnósticas.

A análise foi realizada de forma qualitativa e interpretativa, a partir de três categorias identificadas: a) história da psiquiatria infantil e do autismo; b) a compreensão

psicanalítica do autismo; e c) efeitos da nomeação diagnóstica na constituição do sujeito e na sociedade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O diagnóstico de autismo ao longo da história

As transformações na compreensão do autismo acompanham as mudanças nas concepções de infância e sofrimento psíquico. As primeiras compreensões acerca da "loucura da criança" associavam-se à idiotia, retardamento e degeneração, frequentemente associadas à ideia de irreversibilidade. No início do século XIX, importantes autores da psiquiatria ocidental – como Pinel (1800 *apud* Marfinati; Abrão, 2014), Itard (1801 *apud* Marfinati; Abrão, 2014) e Esquirol (1820 *apud* Marfinati; Abrão, 2014) – evidenciam diferentes concepções sobre a possibilidade ou não de educação e tratamento de crianças consideradas anormais.
No século XX, Kraepelin (1890/1907 *apud* Marfinati; Abrão, 2014) e Bleuler (1911 *apud* Marfinati; Abrão, 2014) contribuíram para a organização dos quadros psiquiátricos e para a utilização inicial do termo "autismo", como sintoma associado à esquizofrenia e à demência precoce, respectivamente. Além disso, Kanner (1943 *apud* Marfinati; Abrão, 2014) e Asperger (1944 *apud* Marfinati; Abrão, 2014), descreveram o autismo como uma condição clínica específica. Paralelamente ao reconhecimento dessas teorias, consolidaram-se diferentes perspectivas sobre a etiologia do autismo, destacando-se as concepções organogênica e psicogênica – a primeira é representada pelos manuais de classificação psiquiátrica, como o DSM e a Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID) e a segunda, pelas teorias psicológicas e psicanalíticas, ambas predominam até hoje.

O autismo na perspectiva psicanalítica lacaniana

O autismo constitui um campo teórico plural, não havendo uma concepção única acerca de sua etiologia, estrutura ou tratamento, ainda que dentro do recorte psicanalítico. Nesse contexto, estabelece-se uma distinção entre estrutura e patologia, compreendendo estruturalmente, o sujeito como alguém em desenvolvimento – processo não fixo e marcado pelos efeitos da linguagem e do inconsciente.
A linguagem ocupa centralidade, uma vez que o sujeito se constitui no campo do simbólico, que no autismo, marca por uma relação singular e traumática no primeiro contato com o Outro, com o próprio corpo e com o mundo. O conceito de borda também é fundamental para a compreensão da perspectiva psicanalítica lacaniana do autismo, ou seja, uma forma de mediação e proteção das relações singulares de organização e aproximação com o mundo.

Os efeitos da nomeação diagnóstica no imaginário social

Essa categoria encontra-se ainda em processo de análise dos dados.

CONCLUSÕES

A articulação entre os textos identificou tensões, recorrências e deslocamentos na forma como o autismo é construído na psicanálise, um campo de conhecimento heterogêneo. Com isso, reflete-se criticamente sobre os efeitos subjetivos das nomeações diagnósticas.

AGRADECIMENTOS

Registra-se o agradecimento à Fundação Araucária, por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq-FA-UEM), pelo apoio financeiro e institucional, que se estende às orientadoras pelas contribuições teóricas e metodológicas, por oportunizar a realização dessa pesquisa.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5.** 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. *E-book*. Disponível em: https://membros.analysispsicologia.com.br/wp-content/uploads/2024/06/DSM-V.pdf. Acesso em: 26 jul. 2026.

CAMARGO JUNIOR, R. N. C. *et al*. Revisão integrativa, sistemática e narrativa - aspectos importantes na elaboração de uma revisão de literatura. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 28, n. 1, 2023. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8970882. Acesso em: 26 jul. 2026.

MACHADO, L. V. **O autismo na pólis: efeitos sobre o lugar da criança no imaginário social no Brasil**. 2021. 223 f. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-24072021-133508/publico/machado_corrigida.pdf. Acesso em: 26 jul. 2026.

MARFINATI, Anahi Canguçu; ABRÃO, Jorge Luís Ferreira. Um percurso pela psiquiatria infantil: dos antecedentes históricos à origem do conceito de autismo. **Estilos da Clínica** São Paulo, Brasil, v. 19, n. 2, p. 244–262, 2014. DOI: 10.11606/issn.1981-1624.v19i2p244-262. Disponível em: https://revistas.usp.br/estic/article/view/83866. Acesso em: 23 set. 2026.